

A tutela cível do superior interesse da criança – das providências tradicionais ao “novo” instituto do apadrinhamento civil

Ação de Formação Contínua Tipo A | Coimbra, 31 de janeiro de 2014 | Salão Nobre do Tribunal da Relação de Coimbra, Palácio da Justiça, Rua da Sofia, Coimbra

Destinatários: Juizes, Magistrados do Ministério Público, Advogados e outros profissionais da área forense

9h30 ABERTURA
Direção do CEJ

9h45 A IMPORTÂNCIA DAS RELAÇÕES AFETIVAS
DA CRIANÇA NO DESENVOLVIMENTO DA SUA
PERSONALIDADE

Madalena Alarcão, *Psicóloga, Docente
Universitária*

10h30 DEBATE

11h00 PAUSA

11h15 A TUTELA CÍVEL DO SUPERIOR INTERESSE DA
CRIANÇA – AS PROVIDÊNCIAS TUTELARES CÍVEIS
TRADICIONAIS

Ana Rita Alfaiate, *Jurista, Docente
Universitária*

12h00 DEBATE

Moderação: **Paulo Guerra**, *Juiz
Desembargador, Docente do CEJ*

12h30 PAUSA PARA ALMOÇO

14h15 O DIREITO DA CRIANÇA À CONVIVÊNCIA COM
FAMILIARES E OUTRAS PESSOAS DE REFERÊNCIA

Rosa Martins, *Jurista, Docente
Universitária*

Paula Távora Vítor, *Jurista, Docente
Universitária*

15h00 DEBATE

15h30 PAUSA

15h45 O APADRINHAMENTO CIVIL – AS
POTENCIALIDADES DO INSTITUTO

Ana Lúcia Cadete, *Juíza de Direito*

Rui do Carmo, *Procurador da República*

16h45 DEBATE

Moderação: **Lucília Gago**, *Procuradora-
Geral Adjunta, Docente do CEJ*

17h30 ENCERRAMENTO

Objetivos:

A) Apelo ao uso judiciário das mais adequadas providências tutelares cíveis à situação jurídica de uma criança;

B) Tentativa de explicação para o pouco sucesso da implementação da nova providência tutelar cível do Apadrinhamento Civil e discussão sobre a melhor forma de a incrementar.

C E N T R O
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS